



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ATA N.º 26/2024

----- Ata da reunião extraordinária realizada aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro. -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Flávio Miguel Tacanho Massano, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores Sérgio Daniel Paiva Marcelo, Tomé Isento Branco Lopes, Ângela Maria Luís Muxana e Nuno Manuel Matos Soares. -----

----- Sendo cerca das onze horas, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, tendo em seguida cumprimentado todos os presentes. -----

----- De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

1. **Apreciação da proposta de alteração do Regulamento de Organização Interna dos Serviços Municipais e deliberação de remessa a Assembleia Municipal, nos termos do disposto no decreto-lei 305/2009 de 23 de outubro.**
2. **Apreciação e deliberação acerca do Orçamento, Grandes Opções do Plano para 2025 e Normas de Execução Orçamental para 2025 e deliberação de remessa a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 33ª da Lei 75/2023, de 12 de setembro.**
3. **Apreciação e deliberação sobre a remessa a Assembleia Municipal da autorização genérica no âmbito da Lei dos Compromissos, alínea c, do n.º 1, do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e n.º 1, do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 12 de setembro.**
4. **Aprovação em minuta das deliberações, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

Apreciação da proposta de alteração do Regulamento de Organização Interna dos Serviços Municipais e deliberação de remessa a Assembleia Municipal, nos termos do disposto no decreto-lei 305/2009 de 23 de outubro. -----

----- Foi presente, para deliberação a proposta de alteração ao Regulamento supracitado e sua submissão à Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara deu nota de pequenas alterações que foram realizadas ao documento que foi remetido para os Senhores Vereadores e que se prendem com a ordenação de alíneas e renumeração dos artigos. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador Nuno Manuel Matos Soares tomou a palavra, apresentou os cumprimentos a todos os presentes. No que respeita ao documento em apreço, concordou com a criação do serviço Municipal de Proteção Civil enquanto estrutura autónoma, com capacidade de intervenção, constituída não só pelo Coordenador da Proteção Civil, mas por mais alguém que preste apoio a esse serviço. -----

Ainda assim, alertou para o facto de que se deve ter cuidado com o número de pessoas que se alocam ao Quadro de Pessoal da Autarquia, uma vez que os recursos humanos têm um peso significativo nas contas do Município e permanece durante décadas. Face ao exposto, declarou que se ia abster na votação da matéria em apreço. -----

----- O Senhor Vereador Tomé Isento Branco Lopes, no uso da palavra, saudou todos os presentes. Explanou que concorda com a intervenção do Senhor Vereador Nuno Soares, no sentido de que o aumento de postos de trabalho comporta uma despesa que permanece por vários anos. Ainda assim, deixou a ressalva de que a autarquia vai passar por uma fase, nos próximos anos, marcada por um grande número de aposentações de trabalhadores na carreira de assistente operacional, assim sendo deve-se precaver essa situação com a admissão de novos trabalhadores nessa carreira. -----

Relativamente à equipa que vai compor o CLDS, deu nota de que apesar de numa primeira fase esses postos de trabalho serem financiados, depois ganharão vínculo à autarquia. -----

No que concerne às mobilidades intercarreiras, considera que essa é uma matéria que deve ser analisada e decidida pelos membros do Executivo com pelouros atribuídos, uma vez que são estes que conhecem as necessidades dos serviços. Por outro lado, trata-se da melhoria de qualidade de vida dessas pessoas, de justiça e em conformidade com as tarefas que fazem no dia a dia.---

No que respeita ao Gabinete de Apoio à Vereação, trata-se de um serviço novo, é uma opção política da qual nada tem a opor, contudo fez a ressalva de que o posto de trabalho proposto para esta função leva a que se esvazie, novamente, uma posição importante para o Município. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara recordou que o Senhor Vereador Tomé Branco, em tempos, alertou que se deveria ter em atenção que o Município estava a integrar trabalhadores no seu Mapa de Pessoal, que eram licenciados, pessoas qualificadas, que tinham escolhido viver em Manteigas e como tal, se deveria valorizar a carreira desses trabalhadores. Anuiu que aceitou essa sugestão, sendo que os critérios tidos em conta nessas mobilidades não são discricionários, as pessoas têm de cumprir os requisitos legais para o efeito, assim como tiveram de demonstrar o seu empenho no trabalho. Após reunião com os chefes de divisão e reunida toda a informação, decidiu-se sobre essa matéria. -----

No que respeita à criação do gabinete de Apoio à Vereação, clarificou que serão feitas duas nomeações políticas, sendo que a pessoa que sai do gabinete Jurídico vem para o gabinete de



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Apoio à Presidência. Para o gabinete de Apoio à Vereação vai ser nomeada outra pessoa. Explicou que para se fechar o Portugal 2020, que ainda tinha muito trabalho em curso, e para se candidatar alguns projetos ao Portugal 2030, a autarquia teve de fazer uma prestação de serviços com uma empresa, tendo esta realizado um trabalho inexcelável. -----

A questão é que uma das pessoas que estava a prestar serviço e que possui já um grande conhecimento dos procedimentos de candidaturas do Município, foi colocada numa entidade pública. Perante essa realidade, a forma que se encontrou de não se perder esse conhecimento, foi convidar a referida trabalhadora a ingressar no gabinete de Apoio à Vereação, como Secretária, através de nomeação. -----

Em suma, essa pessoa vai desenvolver um trabalho muito ligado à estratégia do Município, auxiliando o Executivo na tarefa de elaboração e submissão de candidaturas. -----

----- O Senhor Vereador Tomé Isento Branco Lopes, atendendo a explicação proferida pelo Senhor Presidente sobre a criação do gabinete de Apoio à Vereação, inquiriu sobre o ponto de situação do procedimento concursal para recrutamento de dois técnicos superiores para o serviço de Candidaturas e Apoio ao Investimento. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara elucidou que esse procedimento concursal iniciou depois dos outros, porque um dos elementos do júri trabalhava para uma entidade externa à autarquia, que, entretanto, mudou de trabalho e como tal, teve de ser substituída, o que fez perder alguns meses no desenvolvimento do procedimento. Neste momento, foram recebidas as candidaturas, tendo sido selecionados os candidatos que reuniam as condições de admissão ao concurso e está a ser preparada a prova escrita por uma entidade externa, por forma a que seja realizada ainda no corrente ano. -----

No que respeita ao peso financeiro que o aumento de postos de trabalho significa para a autarquia, esclareceu que esse ónus não é assim tão significativo. Por outro lado, se o Município tem mais trabalhadores, também consegue assegurar mais financiamento e consecutivamente assegurar mais projetos, o que permite ter Orçamentos maiores. Recordou que o Município conseguiu ir buscar milhões de euros no final do quadro comunitário Portugal 2020, início do Portugal 2030 e com o PRR, logo tem de ter recursos humanos que lhe permita executar esse financiamento. ----

----- Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou aprovar, com dois votos a favor e três abstenções, a proposta de alteração ao Regulamento de Organização Interna dos Serviços Municipais e submetê-la à Assembleia Municipal, nos termos dos disposto no decreto-lei 305/2009 de 23 de outubro. -----

Apreciação e deliberação acerca do Orçamento, Grandes Opções do Plano para 2025 e Normas de Execução Orçamental para 2025 e deliberação de remessa a Assembleia



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Municipal, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 33ª da Lei 75/2023, de 12 de setembro. -----

----- Foram presentes o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2025 e as Normas de Execução Orçamental para 2025, nos termos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 45º nº 1 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara elogiou a forma como a discussão da matéria em apreço foi conduzida por todo o Executivo, sendo que em grande parte do Orçamento há um encontro de vontades. Deu nota de que foram realizadas pequenas alterações aos documentos supracitados, nomeadamente a correção de taxas de financiamento que não estavam certas; na Proteção Civil foi introduzida uma rubrica para viaturas, tendo esclarecido que não é preciso ter uma rubrica específica para a aquisição de outros equipamentos que sejam necessários a essa área; foi corrigida a rubrica dos Trilhos Verdes, uma vez que havia duplicação de rubricas, embora se tenha mantido um valor considerável, atendendo que ainda está em execução uma empreitada, com financiamento do Fundo Ambiental; foram incluídas rubricas novas relativamente ao PROVER – Aldeias de Montanha, por exigência de candidatura aprovada.. -----

Considerou que este Orçamento é um bom projeto para o Município de Manteigas, tendo pedido o voto de confiança dos Senhores Vereadores, pois considera ser justo perante o trabalho desenvolvido ao longo destes quatro anos, de um Executivo que foi apontado como sendo o mais jovem e que iria desbaratar o dinheiro da autarquia, mas ao invés, multiplicou o valor e ajudou ainda mais as associações. Do seu ponto de vista, este foi o melhor Executivo dos últimos anos, sendo que foi um prazer ter feito parte deste órgão autárquico, em conjunto com os restantes membros da Câmara . -----

O impacto que este Orçamento pode ter no concelho, seja executado em 2025 ou no ano seguinte, vai estar à vista de todos: 38 habitações novas; uma escola remodelada; estradas qualificadas; projetos inovadores ao nível do turismo, concluindo tudo isto não se faz num dia. -----

Independentemente da intenção de voto dos Senhores Vereadores, agradeceu o contributo prestado, assim como o Executivo que formaram durante estes quatro anos. -----

----- O Senhor Vereador Nuno Manuel Matos Soares tomou a palavra, refletiu que houve realmente pequenos ajustes nos documentos em apreço, mas que não mudam a sua essência, sendo que o seu sentido de voto já está consolidado. Anuiu que muito provavelmente este será o último Orçamento municipal que irá votar, tendo concordado com o Senhor Presidente de que a intenção dos cinco elementos do Executivo foi construir o melhor para Manteigas, com visões e caminhos diferentes. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Considerou que faria todo o sentido, nesta fase da discussão, ler a declaração de voto que tinha preparado sobre a matéria em apreço e que aqui se dá integralmente por reproduzida: -----

“Num ápice voaram três anos de mandato e, a darmos bem por isso, aqui estamos nós a discutir em nome de toda a comunidade manteiguense o último orçamento deste Executivo, eleito em setembro de 2021, constatando que mais foi o que ficou por fazer que aquilo que foi feito, que muitas foram as promessas, mas escassas as concretizações.

A maior oportunidade das nossas vidas foi perdida, tal foi o jorrar de dinheiro de vários quadrantes: PRR, PT2020, PT2030, Programas operacionais regionais e tantos outros programas com fundos para dar e gastar.

É minha perceção que todo este cenário ultra favorável será irrepetível a tempo de ainda o poder viver, pelo menos ativamente.

Depois da pandemia, foi um abrir de cordões à bolsa como não se via nem previa na Europa desde há muitos anos.

Citando o documento: “É crucial admitir, mais uma vez, que nem tudo correu conforme planeámos, umas vezes por culpa própria, que existe sempre, outras vezes por circunstâncias várias, internas e externas”.

E acrescentaria eu, que há finais previsíveis, tal era a impreparação em quase todas as matérias autárquicas e burocráticas que esta minoria apresentava quando iniciou funções.

Diga-se, sem qualquer hesitação, que Manteigas embarcou numa aventura nas últimas eleições autárquicas, sem previsibilidade ou assento, não podendo, por isso, tornar culpas a ninguém.

Gerir a causa pública, mais que nada, é transparência, diálogo, concertação, satisfação de necessidades coletivas, não de desejos próprios, de vontades dos titulares dos cargos, dos seus amigos e influenciadores.

Gerir a causa pública é abdicar do ego, é abdicar dos interesses pessoais, e fazer em prol dos outros, da comunidade, aquilo que a comunidade anseia e não aquilo que o meu ego perpetra.

Afinal de contas, a causa pública é serviço, não é proveito!

Nem deve ser autoelogio, pois achar, por exemplo, que devolver o cinema é o primeiro assunto a destacar no concelho de Manteigas, evidencia o quão fraco e pouco proveitoso foi o mandato até ao momento.

Não que achemos a medida despropositada, pois se tivéssemos sido a força mais votada também o teríamos feito, mas tenho a certeza, que nesta altura, quem se desloca ao auditório do Centro Cívico para assistir a uma sessão de cinema, teria um espaço renovado, com comodidade e condições de segurança adequadas, em vez de um equipamento que mostra desgaste pela idade e pelo uso, onde nem as infiltrações de água foram resolvidas.

Opções e prioridades.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Foram melhorados eventos existentes, mas nunca se pensou numa solução estrutural para os realizar.

E além da Expo Estrela e Festival de Outono, não esquecer o Imaginature, que pelos conceituados fotógrafos que têm participado e pelas magníficas fotografias que difundiram em tudo quanto era revista e rede social, mais fizeram pela propaganda ao concelho de Manteigas, que todos os executivos municipais juntos...

Também a transparência democrática melhorou, com a transmissão das reuniões de câmara e assembleia municipais.

Era uma iniciativa que tínhamos planeado e que felizmente reuniu consenso de todas as forças partidárias.

Foi das primeiras coisas que fizemos, apresentando uma alteração ao regimento da câmara municipal que desse cobertura a estas transmissões públicas. Mas não só, também fizemos questão que todas as reuniões fossem públicas, onde todos os interessados pudessem intervir presencialmente ou à distância, estando nesta matéria na vanguarda da permissão de participação popular.

Senhor Presidente, melhorar a relação com as escolas tem muito que se lhe diga, pois há filhas e enteadas... Se a escola básica e secundária tem possibilidade de ser renovada, com recurso a programa governamental e fundos europeus (e até já lhe referi que estaria disponível a aprovar financiamento bancário, de for preciso para executar a obra), a Escola de Hotelaria pena, com imensos problemas nas instalações, que me abstenho de especificar para não danificar mais a imagem daquela escola.

Ou melhorar os apoios às associações... sim, com a força da oposição, sim.

Ou não sabemos todos a pouca vontade que o Sr. Presidente tinha em financiar nos montantes necessários à Santa Casa e a AFACIDASE para levarem a cabo as obras que necessitam?

Ou não sabemos todos que não havia qualquer vontade em atualizar os valores dos subsídios anuais à generalidade das associações e que tal apenas aconteceu com a força da oposição e que, para não ficar mal na fotografia, acabaram por acompanhar?

Ou não sabemos que os protocolos com as duas maiores e mais antigas associações desportivas do concelho foram para encurtar valores, esses sim da vossa autoria e iniciativa?

Ou os apoios sociais que melhoraram... aí os apoios sociais...

No PSD fomos pioneiros na implementação de políticas sociais no concelho de Manteigas.

Criamos os cartões júnior municipal e o cartão municipal do idoso.

Criamos o pró-emprego e o apoio a emprego qualificado.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Criamos o apoio à fixação de residência e constituição de família, criamos o apoio a transporte de estudantes deslocados de Manteigas e o programa das bolsas de estudo, que, felizmente, a tantos ajudou a estudar e abrir horizontes.

O PERID e o PAPF, dois instrumentos de regeneração urbana que muitíssimo contribuíram para o bem-estar habitacional em Manteigas.

E muito disto com recurso a fundos próprios e financiamento de empréstimos, porque recursos em abundância como atualmente, nunca antes existiram.

Apesar das dificuldades, sempre se tentou investir mais que sustentar e aumentar despesas corrente, ao contrário do que agora acontece, pois apenas as receitas e despesas correntes apresentam taxas de execução anuais dentro do aceitável e razoável.

Sim, Senhor Presidente, sabemos muitíssimo bem a diferença entre despesas correntes e de capital.

Também sabemos que despesa corrente não é má por si, é má quando nada gera de frutuoso, seja em termos sociais, seja em desenvolvimento económico.

Da mesma forma que sabemos que despesa de capital não é só betão, e que o betão não é tudo, mas sem betão, não há habitação, não há vias de comunicação e de acessibilidades, não há comodidade de habitabilidade, não há equipamentos sociais.

Ah, mas agora sim, desta vez é que vai, Sr. Presidente... não foi à terceira... mas vai à quarta!

Não percebemos como nem quando, mas houve de facto uma enorme força transformadora em Manteigas nos últimos tempos.

Pelo menos na câmara municipal... pois dizia o Sr. Presidente, há uns meses atrás, que ninguém esperaria que se executasse inteiramente um orçamento de 14 milhões porque não havia capacidade nos serviços para isso, mas agora, com um orçamento de 20 milhões, já tudo é possível, da mesma forma que se ele viesse a ser aprovado teria mais uma fraquíssima taxa de execução, tal qual os 3 que lhe antecederam.

Mas como o Sr. Presidente afirmou, até estão a ser comedidos, pois poderiam ter um orçamento de 22, 23, ... 25 milhões.

Lá diz o povo, quanto mais alto se sobe, maior é o tombo... e se calhar num laivo de sensatez, decidiram colocar as coisas pelos 20 milhões!

Citando mais uma das frases "Não se trata, pois, como gostam de referir, de um problema de execução. Trata-se, isso sim, de termos hoje muito mais para executar do que tínhamos anteriormente."

... não sei se La Palice terá dito semelhante, mas não lhe seria descabido, de todo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Não lhe terá ocorrido, certamente, Sr. Presidente, que se tivesse executado os 3 orçamentos anteriores em proporções razoáveis e desejáveis não teria agora certamente tanto para executar, porque já o tinha feito anteriormente...

Este não é um orçamento melhor que o de 2024, o de 2024 não era melhor que o de 2023, assim como esse não era melhor que o anterior.

Estes orçamentos, todos, são despesitas em várias matérias, mas, qual síndrome de proporcionalidade inversa, quanto maiores, menos execução têm.

De tudo o que consta das grandes opções do plano, tirando algumas medidas menores e de reduzido impacto, apenas acreditamos que haja avanços visíveis e concretizações na habitação financiada pelo PRR, na obra de reabilitação da EN 338, pela única razão que o tempo de execução está muito apertado e tem mesmo de se fazer, ou perderemos o financiamento.

Ou seja, os avanços previsíveis resultam mais das obrigações com o Estado Central, que da nossa vontade e capacidade de realização.

Também a Praça Central da Vila terá alguns avanços, mas no final do mandato, não será mais que um projeto, talvez com um buraco aberto, uns placards a anunciar obra grandiosa e maravilhosa, que meio ano passa rápido, e é preciso convencer o eleitor a colocar novo X no boletim de voto.

Quanto ao restante, Sr. Presidente, já não estarei cá na respetiva prestação de contas para lhe dizer o quanto foi apenas mais uma desilusão, com tanto milhão.

Não veremos solução para o Centro de Férias da Sicó, não teremos intervenção e solução de futuro para o Skiparque, a concessão da água para engarrafamento é uma miragem a escorrer Zêzere abaixo.

Captação de novos investimentos com algum volume, não existem, e o caminho da mono indústria do turismo está-se a fazer por si mesmo.

O Centro de Energia Viva não tem energia para viver, nem se lhe vê perspectiva disso.

Em contraponto, a engorda do quadro de pessoal conhecerá novos capítulos, atingindo rácios perigosos de 1 trabalhador do município por cada 28 habitantes... nunca houve tanta gente empregada na câmara.

Parece ser perspectiva do Manteigas 2030 que além de turismo, sejamos uma terra de funcionários autárquicos.

Não posso concordar com esta opção.

Não vejo nela o futuro.

Condicionarão, por décadas, as opções dos futuros executivos.

A despesa corrente e de funcionamento não parará de aumentar e, em tempos de vacas magras, que inevitavelmente chegarão, ficarão por fazer coisas necessárias, porque não haverá



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

disponibilidade financeira para isso, com os recursos presos e alocados aos pagamentos de pessoal e despesas da sua função.

Não posso ainda deixar de focar negativamente a falta de atualização dos acordos de delegação de competências nas juntas de freguesia.

Esta falta de revisão, aliada a uma visão centralista dos eleitos do Manteigas 2030 neste executivo, não resultam numa harmoniosa e equilibrada distribuição de verbas consoante as realidades e necessidades, centrando a atividade municipal na sede de concelho e deixando o restante espaço concelhio sem a devida atenção, cuidado e investimento.

O investimento e o cuidado não se devem medir pela quantidade de votos, mas sim pela sua eficácia e pela equidade. E isso não se tem verificado, nem se vê qualquer perspetiva de se vir a verificar neste próximo ano, pois medidas de investimento nas freguesias rurais, não existem neste orçamento e grandes opções do plano.

Por tudo isto, por aquilo que foi dito na discussão dos documentos em reunião do executivo, mas acima de tudo pela impossibilidade de execução que reconhecemos a este orçamento, não poderemos dar-lhe o nosso assentimento.

Como o Sr. Presidente disse, este orçamento não traz muitas novidades, porque desenvolve aquilo que vem do orçamento anterior...

Quando um aluno não consegue atingir os objetivos mínimos num ano escolar, deve repetir o ano para os conseguir alcançar à segunda tentativa.

O mesmo se passa consigo, Sr. Presidente.

Pois bem, nós dizemos-lhe:

- Uma vez que o Sr. Presidente foi tão entusiasta na apresentação do orçamento de 2024 e considerou ser o melhor e mais ambicioso orçamento de sempre, mas, que, no final de contas, muito pouco concretizou, por muitos fatores, mas especialmente por falta de tempo (seu e dos serviços) devemos então dar-lhe mais um ano para o concretizar, chumbando o novo orçamento e mantendo em vigor aquele orçamento de 2024, de que tanto gostou e defendeu.

O nosso voto ao Orçamento e Grandes Opções do Plano pode, unicamente, ser contra.” (fim de citação) -----

----- O Senhor Presidente da Câmara aludiu que hoje em dia quando um aluno não sabe a matéria, a política adotada já por vários Governos, não é reprovar o aluno, é ser construtivo, é mostrar-lhes que podem aprender de outra forma. Assim, considerou que a intervenção do Senhor Vereador Nuno Soares é uma política do passado, que foi mais forte do que os sinais de abertura que foi dando ao longo do mandato. -----

Explanou que um voto contra este Orçamento, não é um voto contra o Executivo do Manteigas 2030, mas um voto contra o desenvolvimento do nosso município. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador Tomé Isento Branco Lopes, no uso da palavra, concordou que os cinco elementos que compõem a Câmara, são provavelmente o melhor Executivo dos últimos anos, tendo gostado desta jornada. Considerou que este Executivo só se torna melhor, muito devido à abertura, transparência e colaboração, que demonstrou ao longo destes três últimos anos. Não é fácil governar em minoria, contudo os restantes elementos do Executivo tornaram esse caminho mais fácil, mas isso tem um custo, contudo nunca pautaram as suas decisões a pensar nas eleições, antes sim a pensar em Manteigas. -----

Assinalou que passados três anos de mandato, ainda tem dificuldade em perceber em que fase um Vereador pode demonstrar efetivamente o seu desagrado pela falta de execução, uma vez que fazê-lo no momento da Prestação de Contas de nada serve, assim como também de nada serviu todos os alertas deixados ao longo do tempo, sendo que é na apreciação e votação do Orçamento que os Vereadores da oposição têm uma voz ativa. -----

Neste contexto, interpelou em que fase estão todos os projetos já elencados e sobre os quais tinha solicitado que houvesse desenvolvimentos até esta fase de aprovação do orçamento para 2025:

- 1ª fase do Parque Urbano de Sameiro (este já está em obra);
- área de serviço de autocaravanas de Vale de Amoreira;
- requalificação do telhado da antiga pré-escola de Sameiro;
- habitação em termos de PRR: edifício da antiga tipografia (virá na próxima reunião a discussão);
- muralha da entrada da vila;
- plano de comunicação e campanhas publicitárias;
- o Acordo de Delegação de Competências com as quatro Juntas de Freguesias;

Pedi que fosse justificada a razão de, no ano anterior, o Senhor Presidente ter admitido um aumento no valor das transferências para as Juntas de Freguesia rurais, que não foi efetivado pela falta de revisão dos respetivos protocolos e agora está previsto o aumento da verba a transferir para as Freguesias urbanas e mantém os valores firmados em 2015 para Sameiro e Vale de Amoreira. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que foi adjudicada a obra de Sameiro e está em execução. -----

Quanto ao mural da entrada da vila, está a ser intervencionado o painel que esteve degradado durante anos; assim como estão a ser recuperados alguns espaços em volta do talude, por forma a evitar que futuramente fique na mesma situação; está a ser preparada uma proposta de *design* para todos os painéis; e estão a aguardar propostas de soluções técnicas para se arrancar com a implementação do projeto. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Assegurou que já foram dadas instruções para se avançar com o procedimento de criação da área de serviço de autocaravanas em Vale de Amoreira, sendo que o procedimento esteve parado não por culpa da autarquia.-----

O concurso público para adjudicação da empreitada de requalificação do telhado da antiga pré-escola de Sameiro já foi lançado duas vezes e será novamente lançado no dia seguinte à data desta reunião. -----

No que respeita ao plano de comunicação, indicou que têm várias propostas em cima da mesa, outras estão em execução, sendo que a criação de conteúdos está em desenvolvimento. -----

Relativamente aos Acordos de Delegação de Competências, explicou que reuniu com a Junta de Freguesia de São Pedro e com a Junta de Freguesia de Santa Maria, tendo apresentado a proposta da Câmara para cada uma dessas autarquias, que agora será analisada pelos respetivos Executivos, contudo houve um entendimento inicial de que se trata de uma proposta que vai de encontro às expectativas dessas Juntas de Freguesia. -----

No que concerne às Juntas de Freguesia de Sameiro e de Vale de Amoreira, a situação é diferente, uma vez que, através de uma contabilidade de custos, se chegou a valores efetivamente menores do que recebem atualmente. Recordou que em 2024 foi considerado um aumento do valor a transferir para as Juntas de Freguesia, tendo em conta a inflação, que posteriormente não pode ser efetivado, porque legalmente carecia da celebração de um novo acordo de execução. -----

Explicou que numa ótica de justiça e transferência dos mesmos recursos para tarefas semelhantes, a política tem de ser igual para todas as Juntas de Freguesia. Avocou que, como ainda não se conseguiu afinar como se vai conseguir manter os valores que essas Juntas de Freguesia recebem, ainda não tem proposta para lhes apresentar. -----

Assinalou que se deu prioridade às Juntas de Freguesia urbanas, uma vez que eram as que estavam mais prejudicadas e vão assumir novas competências, tendo ressaltado que em 2015 os Acordos de Delegação de competências foram impostos, sem que tivesse existido uma negociação com as Juntas de Freguesia, situação diferente se passa agora. -----

Face ao exposto, concluiu que dos projetos solicitados pelo Senhor Vereador Tomé Branco para que tivessem desenvolvimentos, grande parte evoluiu ou terá avanços a breve trecho. -----

Explanou, contrapondo a opinião do Senhor Vereador Nuno Soares, que o Município de Manteigas tem financiamentos, não porque o país está cheio de dinheiro, mas porque o Executivo trabalhou para esse fim, sendo que um Executivo não pode ter obras nos três primeiros anos de mandato, se não ficou nenhum projeto pronto para executar do anterior mandato. Mais acrescentou que o próximo Executivo tem muito para executar e com financiamento assegurado. -----

----- A Senhora Vereadora Ângela Maria Luís Muxana tomou a palavra, tendo apresentado os seus cumprimentos a todos os presentes. Referiu que tinha redigido um texto para ler nesta



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

reunião, mas que não o ia fazer. De forma suscita refletiu que, desde que tomou posse, foram apresentados três orçamentos e dois deles completamente inconcretizáveis. Sublinhou que o Senhor Presidente não pode avocar que lhe “cortaram as pernas”, porque os Vereadores do PS foram se abstendo na votação, o que na prática, o valor efetivo é igual a um voto a favor. Portanto, foi dado esse voto de confiança, sendo que o Senhor Presidente podia fazer o que quisesse e como quisesse e ainda assim, pouco foi executado. -----

No seu entendimento este Orçamento não é muito diferente do apresentado no ano anterior e não vai ser executado, tal como não foi executado o do ano de 2024. -----

----- Após discussão dos documentos em apreço, foi aprovado, com dois votos a favor do Senhor Presidente da Câmara, Flávio Miguel Tacanho Massano, e do Senhor Vereador Sérgio Daniel Paiva Marcelo, com dois votos contra, dos Vereadores Senhor Tomé Isento Branco Lopes e do Senhor Nuno Manuel Matos Soares e com a abstenção da Senhora Vereadora Ângela Maria Luís Muxana, submeter as Grandes Opções do Plano, a proposta de Orçamento acompanhada do Mapa de Pessoal (nos termos do nº 3, do artigo 28º e nº 4, do artigo 29º, da Lei nº 35/2014, de 20 de junho), para o ano de 2025 e as Normas de Execução Orçamental para 2025, a aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c), do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro conjugado com o artigo 45º, nº 1, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara agradeceu o voto de todos, em especial o voto de confiança da Senhora Vereadora Ângela Muxana . -----

----- O Senhor Vereador Tomé Isento Branco Lopes, no uso da palavra, leu uma declaração de voto, que em seguida se reproduz:

“Declaração de voto

No início desta jornada que foi a discussão do orçamento, entendemos que seria de elementar justiça para com os manteiguenses, comprometer o Presidente com as promessas vertidas nos anteriores orçamentos.

Foram propostas justas, com a máxima transparência e perfeitamente exequíveis ao longo das últimas semanas. Podem perguntar alguns, eles querem que se faça numa semana aquilo que devia ser feito ao longo do ano? Errado! Sabíamos que as ações que estávamos a exigir estavam em andamento, havia condições para o fazer, faltando então só por isso vontade política de as fazer.

O parque de Sameiro é um bom exemplo disso, quando propusemos que essa fosse uma condição, sabíamos que entraria em obra brevemente, só quisemos apressar o “brevemente”. Dizer que não consigo acreditar na palavra do Presidente, que continuamente nos garante que tudo está em andamento, mas parece que andamos numa passadeira, andamos, andamos e os assuntos não passam do mesmo sítio.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Quando à muralha da vila, havia um histórico no qual nos baseamos e acreditamos sempre na palavra do Presidente. Vejamos.

Cronograma da muralha da vila:

Em abril de 22 - Reconheceu a necessidade de substituição dos murais

Em junho de 23 – Disse que com a retirada das lonas do Land, seriam colocadas novas fotografias

Em agosto de 23- Disse que estava a ser feito um estudo

Em novembro de 23 - Disse que estava a ser feito o projeto

Passado um ano não tem nada para apresentar?

A comunicação do município foi o parente pobre deste mandato! Foram enumeras as vezes que o chamamos à atenção. Foi sofrível o que fez pela comunicação do município.

Cronograma do plano de comunicação

Em julho de 22 - Disse que o Plano de comunicação está a ser estudado e vai ser uma realidade;

Em setembro de 22 - Disse que temos a oportunidade de fazer uma comunicação diferente, decorrente da necessidade de comunicar após os incêndios.

Em julho de 23 - Disse que não tinha produto para comunicar, levando a outras interpretações.

Mas que seria apresentado com o plano estratégico

Em novembro 23 – Coloca 150.000 em orçamento

Em novembro de 24 - executou 20.000€ incluindo a publicidade em eventos táxis e outros.

Quanto à área de serviço de autocaravanas e à antiga pré-escola de Sameiro - Há exceção da reparação dos danos causados pelas enxurradas passam 4 anos e não é feito absolutamente nada de relevante nas freguesias rurais! Esta era a minha última tentativa para que pudesse ser gasto 1€ nas nossas freguesias sem que seja para passagens hidráulicas e crateras nas ruas.

O acordo de delegação de competência, prende-se sobretudo com uma posição do partido socialista que já foi apresentada em 2022 e que mereceu acolhimento da sua parte. É por demais evidente que as competências têm de ser delegadas pelas escadas do poder, é essa a indicação do poder central é essa a tendência, então porquê esperar? É de elementar justiça, que num município com poucos recursos técnicos e operacionais se retirem alguns fardos das costas dos nossos trabalhadores que se confessam aqui e ali, exaustos e com sobre carga de trabalho.

Podem parecer projetos de menor relevância, podem parecer preciosismos, podem até ser entendidas como finca-pés apenas para o chatear, mas este é o culminar de semanas, meses e anos de alertas e chamadas de atenção sem que nos sintamos ouvidos, e se nós não somos ouvidos há também uma fatia de manteiguenses que também não conseguem ter voz.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Criticou no início do mandato o anterior executivo pela falta de uma estratégia, já apresentou a sua? Criticou a câmara municipal por não ter em carteira qualquer projeto! Foi injusto, desde logo porque a maior fatia de execução do seu mandato foi em projetos de continuidade que esta câmara tinha preparados, desde logo a casa do povo que não tem fim à vista, a área de acolhimento de empresas da antiga Sotave, o parque ambiental da fábrica do rio ou a estrada do covão da ponte. Eu sei, não têm nomes pomposos nem são suficientemente tcha-nam para estarem numa apresentação PowerPoint, mas serviram para melhorar as condições das empresas instaladas na área de acolhimento de empresas da antiga Sotave, para criar condições de visitação aos turistas e aos moradores do vale do Mondego, e sobretudo para dotar espaços anteriormente devolutos de valências diferenciadoras para usufruto dos nossos concidadãos.

Crucificou-nos por defendermos a construção de um multiusos, vem agora reconhecer a necessidade de construir um.

Apresentou com popa e circunstância as piscinas de água quente para as nossas crianças em 2022 e 2023, o projeto mais consensual entre as 3 forças políticas, recua em 2024 para que por magia o traga novamente à conversa em 2025, não há coincidências.

O projeto que sufragou nas urnas não é coincidente com a governação do Município nos últimos 3 anos. Chamar o projeto de fraude eleitoral parece-me demais, mas uma coisa é certa, se assim continuarmos tenho a certeza de que o movimento Manteigas 2030 não tem um projeto até 2030, mas sim um projeto a 20 ou 30 anos.” (fim de citação)

----- O Senhor Presidente da Câmara aludiu que o Senhor Vereador Tomé Branco tinha tecido as suas próprias considerações, contudo tinha referido factos que não são verdadeiros, nomeadamente projetos que supostamente estavam feitos, mas que na realidade não estavam.

----- O Senhor Vereador Tomé Isento Branco Lopes, no uso da palavra, contra-argumentou. Explanou que é difícil para um Vereador da oposição ter uma palavra a dizer em muitos momentos do ano, sendo que este é o único momento em que têm essa faculdade. Refletiu que o seu voto foi a forma que encontrou de o fazer. Explicou que aquilo que condena, na declaração de voto apresentada, não se prende propriamente com qualquer projeto que esteja previsto nos documentos em apreciação, mas com a falta de compromisso para com determinados projetos e a demora na sua execução. -----

Apreciação e deliberação sobre a remessa a Assembleia Municipal da autorização genérica no âmbito da Lei dos Compromissos, alínea c, do n.º 1, do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e n.º 1, do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 12 de setembro. -----

----- Foi presente a proposta de autorização prévia da Assembleia Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos que a seguir se transcreve:

“AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Considerando:

- **O disposto no artigo 22º, do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, que determina** que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações ou encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:
 - a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;
- **A alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova** as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimentos ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;
- **Que o artigo 12º, nº 1, do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, veio regulamentar** a referida lei dos compromissos, nos termos do artigo 14º, **estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação das Grandes Opções do Plano;**

Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal:

1. **Para os efeitos previstos na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir autorização genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos:**
 - a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do ponto 1. do presente documento, até ao montante permitido por lei (€748.196,85), no âmbito do regime de contratação pública (artigo 29º, nº 2, do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho).
4. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

Propõe-se a aprovação em minuta.”

----- A Câmara Municipal de Manteigas deliberou, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador Nuno Soares, aprovar e submeter a autorização da Assembleia Municipal, a proposta exarada na presente minuta. -----

Aprovação em minuta das deliberações, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Foi proposto que se aprovasse em minuta para produzir efeitos imediatos as deliberações tomadas do ponto 1. ao ponto 3. Colocada à votação tal proposta foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das treze horas e dez minutos foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim _____ Ana Catarina Rabaça Pereira, Assistente Técnica, que a redigiu.

Angela Texeira